

Comitê da Área de Tecnologia da Informação **Ata da Vigésima Sétima Reunião Ordinária do CATI**

Data: 08 de dezembro de 2005

Horário: 10:00h às 17:00h

Local: Carlton Hotel, Brasília/DF

I. Presentes (Anexo I)

I.1. Membros do Comitê

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Augusto Cesar Gadelha Vieira, Secretário Executivo do CATI

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

Manuel Fernando Lousada Soares

Ministério das Comunicações – MC

Flávio Lenz César, suplente

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho

Paulo Roberto Tosta da Silva, suplente

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES

Carlos Henrique Cabral Duarte

Setor Empresarial

Anderson Jorge de Souza Filho (ABINEE), primeiro suplente

José Carlos De Luca (ASSESPRO)

Alexandre José Beltrão Moura (SOFTEX), segundo suplente

Comunidade Científica

Silvio Romero de Lemos Meira (UFPE)

Sérgio Bampi (UFRGS), primeiro suplente

Carlos José Pereira de Lucena (PUC-RJ)

Imre Simon (USP), segundo suplente

I.2. Equipe Técnica e Convidados

Alessandra de Moura Brandão – MCT/SEPIN

Alisson Alexandre Araújo – MCT/SETEF

Antenor Cesar Vanderlei Corrêa – MCT/SEPIN

Arnaldo Gomes Serrão – MDIC

Eduardo Adauto da Costa – FINEP

Eratóstenes Araújo – SOFTEX

Jackson Maia – CNPq

Janaina Prevot – FINEP

José Antônio Antonioni – SOFTEX

Marcelo de Carvalho Lopes – Casa Civil

Marcia Silva – MCT

Maria Ângela do Rêgo Barros – ABINEE

Ricardo Saur – BRASSCOM

Vanessa de Melo Gomes – MCT/SEPIN

II. Proposta de Pauta da Reunião (Anexo II)

III. Lista de Material Entregue (Anexo III)

IV. Andamento da Reunião

1. **Augusto Cesar Gadelha Vieira** apresentou-se como novo Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia e como novo Secretário Executivo do CATI. Em seguida, passou a palavra a **Marcelo de Carvalho Lopes**, que informou estar deixando o MCT para atuar junto à Casa Civil. Agradeceu a participação de todos os membros do Comitê durante sua gestão, ressaltando a importância que o CATI assumiu como instância de discussão da Política de Informática e colocando-se à disposição para ajudar em demandas no âmbito de suas novas competências. **José Carlos De Luca** solicitou o registro de agradecimento, em nome do CATI, a Marcelo de Carvalho Lopes pelo importante trabalho realizado à frente da SEPIN e do CATI. **Sérgio Bampi** ressaltou que a principal marca deixada pela gestão de Marcelo de Carvalho Lopes foi a de fazer com que o espírito da Lei de Informática, cujo objetivo era a renúncia fiscal para aplicação em P&D, fosse estritamente observado.
2. Apreciada e aprovada a ata da reunião anterior, **Augusto Cesar Gadelha Vieira** apresentou o *Saldo Disponível para Novas Ações em 2006/2007* (Anexo IV), segundo o qual o CT-Info dispõe em 2006, descontados os compromissos de exercícios anteriores e as taxas administrativas e de despesas operacionais, de R\$ 6.890.000,00, sendo R\$ 4.795.000,00 para Ações Transversais e R\$ 2.096.000,00 para Ações Verticais, com uma estimativa para 2007 de R\$ 27.247.000,00, sendo R\$ 14.485.000,00 para Ações Transversais e R\$ 12.763.000,00 para Ações Verticais. Em seguida, apresentou a *Proposta de Plano de Investimento para 2006 – Ações Transversais* (Anexo V). **Carlos Henrique Cabral Duarte** lembrou que, na última reunião, havia pedido esclarecimentos quanto às rubricas taxa de administração (2%) e despesas operacionais (5%), solicitando então que, nas próximas reuniões, fosse apresentada a posição desses itens, para que, primeiro, tomassem conhecimento da forma como estavam sendo utilizados e, segundo, para que possíveis recursos não utilizados fossem realocados a ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico. **Sérgio Bampi** pediu que a SEPIN prestasse esclarecimentos sobre os recursos dos Programas Prioritários destinados ao Programa DH Brasil e sobre a operacionalização da ação. Apontou que a operacionalização dos recursos para subvenção, previstos na Lei de Inovação e contemplados nas Ações Transversais 2006, demandaria grande capacitação, por parte dos segmentos empresariais e das agências de fomento, para formulação dos problemas e das encomendas tecnológicas que os solucionariam, para o que não havia tradição no Brasil. Pediu que constasse em ata que o CATI gostaria de contribuir para que os instrumentos para operacionalizar os recursos de subvenção fossem feitos na forma de encomendas tecnológicas. Após discussão, o CATI decidiu aprovar a seguinte alocação de recursos para as Ações Transversais 2006 (Anexo VI): a) R\$ 500.000,00, em 2006, e R\$ 1.000.000,00, em 2007, para *Ampliação do Apoio à Pesquisa Básica (Edital Universal, PROPESQ)*; b) R\$ 1.950.000,00, em 2006, e R\$ 6.000.000,00, em 2007, para *Formação de Recursos Humanos para Áreas Estratégicas e Portadoras de Futuro da PITCE*; c) R\$ 295.000,00, em 2006, e R\$ 985.000,00, em 2007, para *Parques Tecnológicos e Incubadoras*; d) R\$ 1.950.000,00, em 2006, e R\$ 6.000.000,00, em 2007, para *Áreas Estratégicas da PITCE (Fármacos e Medicamentos, Microeletrônica, Software e Bens de Capital)*; e) R\$ 100.000,00, em 2006, e R\$ 500.000,00, em 2007, para *Cooperação Internacional em C&T*, tendo **José Carlos De Luca** votado contrariamente à alocação de recursos à última ação.
3. **José Antônio Antonioni** apresentou o *Relatório de Auditoria dos Recursos do Projeto de Capacitação à Distância em Melhoria da Qualidade de Software conduzido pelo Núcleo Softex Salvador* (Anexo VII). **Carlos Henrique Cabral Duarte** registrou que o assunto foi colocado em pauta a seu pedido pois, embora proposto anteriormente, não

havia sido discutido, causando desconforto a manutenção de um assunto em aberto. **José Carlos De Luca** perguntou se os resultados de projetos desenvolvidos por um particular Agente SOFTEX seriam replicados para outros Agentes. **José Antônio Antonioni** respondeu que a SOFTEX faria uma ampla divulgação dos resultados e um trabalho de aproximação entre os demais Agentes e os de Salvador e Campinas, mas que não haveria replicação da plataforma tecnológica, porque há uma estrutura computacional necessária para suportá-la que demandaria investimentos. Saliou que a SOFTEX procuraria fazer com que o conhecimento, que estava transposto para uma plataforma web, alcançasse o máximo possível de profissionais do País e que, adicionalmente, gerasse receita de contrapartida para que os Agentes pudessem investir recursos em atividades de capacitação. **Sérgio Bampi** apontou que a auditoria precisaria ter duas vertentes, a contábil e a técnica. **José Antônio Antonioni** disse que o conteúdo da encomenda havia sido referendado pelo CATI, por meio da troca de e-mails entre alguns membros. **Carlos Henrique Cabral Duarte** disse que, no preâmbulo do relatório, estava dito que se tratava de uma auditora técnica, não contábil. Explicou que havia sido contratado o principal grupo para prestar consultoria no desenvolvimento de material didático sobre o método em questão, o que respaldava, em sua opinião, a qualidade técnica do curso a ser ministrado. **Augusto Cesar Gadelha Vieira** informou que o relatório final já havia sido apresentado ao MCT, mas ainda não avaliado. Ressaltou que esse tipo de aprovação, por parte do MCT, tinha sido uma decisão de gestões anteriores e que não havia mais a política de que agentes regionais pudessem captar recursos diretamente. **Silvio Romero de Lemos Meira** disse que as perguntas básicas do Comitê ao solicitar a auditoria diziam respeito ao valor do sistema contratado e à escolha de um determinado grupo para sua execução. **Augusto Cesar Gadelha Vieira** disse que o MCT fará uma avaliação mais apurada de todo o processo, tomando o Relatório como um dos subsídios, e que, o mais rapidamente possível, informará o resultado da avaliação ao CATI.

4. **Alexandre José Beltrão Moura** apresentou a *Proposta de Extensão dos Projetos do Edital FINEP/CT-Info – Grades 01/2004* (Anexo VIII). **Silvio Romero de Lemos Meira** disse que uma tomada de decisão, na presente reunião, sobre a extensão de recursos aos projetos do edital de Grade seria casuística e inexplicável ao resto da comunidade científica que tinha projetos apoiados com recursos do CT-Info e, portanto, colocaria o CATI em uma situação bastante difícil. Apontou que, no entanto, essa situação deveria ser o ponto de partida para que o CATI realize avaliação dos editais lançados pelo CT-Info nos últimos anos. **Paulo Roberto Tosta da Silva** esclareceu que a questão da prorrogação dos prazos dos projetos do edital de Grade com recursos já aprovados, que originalmente tinham o limite de doze meses para execução, era operacional e de incumbência da FINEP. **Silvio Romero de Lemos Meira** propôs que, para a aplicação dos recursos do CT-Info a partir de 2007, o CATI realize, durante fevereiro, março e abril de 2006, uma avaliação dos resultados de todos os editais lançados pelo CT-Info em 2003, 2004 e 2005, a fim de que, em meados de junho, tivesse formulado um plano para aplicação dos recursos do CT-Info e também um plano para proposição articulada de ações transversais de interesse do setor.
5. **Ricardo Saur** fez a apresentação *Resultados do Estudo Ação Estratégica Exportação de Software e Serviços* (Anexo IX). **Paulo Roberto Tosta da Silva** observou que seria necessário que o CATI realizasse uma série de estudos como o apresentado para traçar ações estratégicas que, indo desde a capacitação até a introdução na empresa, tivessem impacto efetivo no setor de TI. **Carlos José Pereira de Lucena** disse que o resultado do estudo confirmava a necessidade de ênfase na capacitação de recursos humanos e que tudo o que pudesse ser feito, nesse sentido, via projeto de pesquisa ou diretamente via bolsas, valeria a pena, porque a janela de oportunidades era, no momento, importantíssima.

6. **José Carlos De Luca** disse, com relação às ações verticais de 2005, que a ementa da encomenda *Formação de Capital Humano para Software* prevê que o estudo contará com a participação de outras entidades que não apenas a SOFTEX, mas que, desde o envio do termo de referência à FINEP, não tinha havido nenhuma informação sobre o andamento do processo. **Eratóstenes Araújo** explicou que a proposta trata do detalhamento de um plano operacional e de gestão para o referido programa e que já havia sido enviado à FINEP, que apresentou um prazo de duas semanas para análise em reunião de sua diretoria. **Silvio Romero de Lemos Meira** disse que havia grande obstrução no processo de execução de projetos aprovados pelo CATI, que vem sendo tramitados muito lentamente dentro da FINEP.
7. Em seguida, **Augusto Cesar Gadelha Vieira** deu início à discussão sobre *Definição e alocação de recursos para as Ações Verticais a serem lançadas em 2006*, com disponibilidade de R\$ 2.096.000,00, em 2006, e de R\$ 12.763.000,00, em 2007. **Carlos José Pereira de Lucena** disse que, face aos poucos recursos para 2006, sua proposta em conjunto com Silvio Romero de Lemos Meira e Imre Simon era a de elaboração de um edital prospectivo, no qual o ônus da justificativa de inovação ficasse por conta de quem apresentasse o projeto, do qual poderiam ser demandadas provas de conceito e aplicação de tecnologias ainda não contempladas em editais do CT-Info. **Silvio Romero de Lemos Meira** ressaltou que a proposta era apoiar pequenos projetos, de até duzentos mil reais, que fossem realmente inovadores e estratégicos. **Imre Simon** sugeriu que os projetos contemplassem a idéia de produção de um protótipo que pudesse, de alguma forma, ser utilizado por outros grupos. **Paulo Roberto Tosta da Silva** propôs que se alocassem os recursos em duas propostas, uma para formação de recursos humanos e outra para um programa de desenvolvimento empresarial. Após discussão, o CATI decidiu: a) aprovar a alocação dos recursos disponíveis para ações verticais 2006 no lançamento de um edital de prospecção, cuja proposta mais elaborada deverá ser apresentada por **Silvio Romero de Lemos Meira** para discussão na próxima reunião do CATI; b) que a proposta do programa de desenvolvimento empresarial seria apoiada com recursos das ações verticais em 2007, mas que, desde já, ficaria consignada em ata essa aprovação, cabendo à FINEP, durante 2006, apresentar a proposta de maneira mais elaborada para discussão e aperfeiçoamento. **Augusto Cesar Gadelha Vieira** disse que seria apresentada uma proposta para alocação por parte do FUNTTEL de R\$ 2.000.000,00 em um concurso para propostas na área de software voltadas para telecomunicações, em uma operação casada com a proposta de ação vertical discutida pelo CATI.
8. **Augusto Cesar Gadelha Vieira** disse que havia um pedido para ratificação da aprovação da *Cota adicional de bolsas para o PNM Design (Anexo X)*. **Alessandra de Moura Brandão** explicou que o item constava na pauta da reunião anterior como informativo, mas que, na ausência do então Secretário Executivo Marcelo de Carvalho Lopes, havia sido deliberado. **Carlos Henrique Cabral Duarte** disse que, na ocasião, não havia sido apresentado o impacto para 2006, 2007, 2008 e 2009, propondo assim que fosse aprovada apenas a cota adicional para 2005.
9. **Augusto Cesar Gadelha Vieira** apresentou proposta de *Resolução para ampliação do prazo de envio de pleitos de credenciamento para instituições já credenciadas junto ao CATI (Anexo XI)*. **Silvio Romero de Lemos Meira** ponderou que a Resolução tinha levado cerca de um ano e seis meses para ser concluída e fora amplamente divulgada durante seis meses, portanto, discordava que o prazo fosse ampliado às vésperas de expirar. Propôs que fosse adotada a seguinte regra: as instituições que enviarem pleito de credenciamento até 15 de dezembro continuam credenciadas até que seja julgado o parecer sobre o pleito; e aquelas que não enviarem não poderão celebrar contratos novos, mas poderão executar os contratos em andamento, contudo sem possibilidade de aditamento. Ficou acertado que a SEPIN enviaria, eletronicamente, uma minuta de

Resolução contendo as observações feitas pelo CATI, a qual, após discussão eletrônica, seria publicada no Diário Oficial.

10. **Augusto Cesar Gadelha Vieira** fez um relato sobre a *Regulamentação da Lei 11.077, de 30.12.04*, informando que a proposta de regulamentação estava parada, mas que a expectativa era recuperar o que já havia sido produzido, resolvendo com os outros ministérios os pontos conflituosos, de modo que a regulamentação fosse aprovada em um prazo de, no máximo, três semanas. Disse, então, que faria circular eletronicamente a última versão do Decreto de regulamentação para críticas e sugestões por parte dos membros do CATI e afins.
11. Em seguida, **Eduardo Adauto da Costa** fez a apresentação do Programa Invasoft (Anexo XII). **Silvio Romero de Lemos Meira**, após registrar que o tempo de resposta é um dos pontos negativos do relacionamento da FINEP com empresas do setor de software, perguntou se está previsto algum tipo de providência para uma redução desejável. **Eduardo Adauto da Costa** respondeu que tal operação será por meio de editais e que o tempo médio de resposta previsto é de noventa dias. **Silvio Romero de Lemos Meira** comentou que um dos maiores problemas no setor de software brasileiro é a incompetência empresarial em gestão de negócios e de finanças. Apontou que, nesse sentido, seria fundamental refletir sobre a importância de investir parte dos recursos também na capacitação para gestão de negócios.
12. Tendo ficado decidido que a próxima reunião do CATI ocorreria no dia 18 de janeiro de 2006, **Augusto Cesar Gadelha Vieira** agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

De acordo,

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

Ministério das Comunicações – MC

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Setor Empresarial

Setor Empresarial

Comunidade Científica

Comunidade Científica